Projeto de Lei nº /2002

(Do Sr. Valdemar Costa Neto)

Institui percentual de participação de deficientes físicos no quadro funcional de empresas constituídas para operação, manutenção e exploração de rodovias por meio de pedágio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. As empresas constituídas para a operação, manutenção e exploração de rodovias por meio de pedágio ficam obrigadas, a partir da publicação desta lei, a preencher, progressivamente, pelo menos 90% (noventa por cento) dos postos de trabalho que surgirem para a função de atendente das cabinas de cobrança, com portadores de deficiência física cujas limitações sejam compatíveis com a atividade.

§ 1º. Os postos de trabalho objeto desta lei que, até a data de sua publicação, encontrarem-se ocupados, ainda que em percentual diferente do estabelecido no *caput*, permanecerão inalterados.

§ 2º. Quando não houver condições de preencher o percentual de vagas estabelecido em razão da ausência de trabalhadores deficientes em número suficiente, ficam as empresas autorizadas a empregar portadores de deficiência até o limite da possibilidade.

Art. 2º Esta lei passa a vigorar a partir de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Apesar dos avanços na defesa dos direitos dos portadores de deficiência física consubstanciados na Carta Magna de 1998, as privações por eles experimentadas persistem, sobretudo a extrema dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

As oportunidades de trabalho são reduzidas, impossibilitando-lhes assegurar condições que permitam viver com a mínima dignidade. Ademais, na atual conjuntura econômica do País, em que a competição por postos de trabalho é acirrada, o deficiente vê-se discriminado e preterido quando da contratação para empregos ou funções para os quais a sua limitação física não representa empecilho.

De fato, ante a lógica perversa da lei da oferta e da procura, ficam esses trabalhadores altamente prejudicados, vez que, via de regra, irão enfrentar concorrentes que não apresentam qualquer deficiência física, embora quanto ao nível da capacitação intelectual e técnica nem todos possam oferecer o mesmo potencial para o eficiente desempenho da atividade.

A própria Constituição Federal ressalta a importância de implementar instrumentos que busquem garantir ao portador de deficiência condições de inserção no mercado de trabalho, como o faz ao assegurar quantidade mínima de vagas reservadas a portadores de deficiência quando da realização de Concurso Público.

A Organização Internacional do Trabalho manifesta-se no mesmo sentido, já que a dificuldade mencionada não é exclusiva do Brasil.

Com efeito, o objetivo do Projeto de Lei em apreço é ampliar as possibilidades de emprego para os

portadores de deficiência física em atividade perfeitamente compatível com as suas limitações, qual seja: a de atendente nas cabinas de cobrança de pedágio.

Objetivamente, entende-se que os atendentes das cabinas de cobrança de pedágio desenvolvem tarefas perfeitamente compatíveis com as limitações de grande parte dos portadores de deficiência física, devendo, portanto, contratar maior número de empregados nessas condições.

Algumas instituições têm procurado aproveitar, de maneira mais ampla, a mão-de-obra dos deficientes, obtendo excelentes resultados.

Esta proposição integra-se a inúmeras outras iniciativas que visam a reduzir a nossa lamentável realidade de desvalorização dos deficientes. Inscreve-se no rol de propostas capazes de garantir aos deficientes físicos tratamento digno, para que possam, com seu trabalho, contribuir efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa.

Certo dos nobres objetivos deste Projeto de Lei, contamos com o apoio dos ilustres parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 2002

Deputado **Valdemar Costa Neto**
(PL - SP)